

ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS NO PARANÁ

Guilherme Amorim*

A carteira de crédito a pessoas físicas no Paraná atingiu R\$ 204,2 bilhões em novembro de 2021, último dado tornado disponível pelo Banco Central do Brasil (BCB). Esse volume corresponde a 7,7% do concedido nacionalmente. A comparação do endividamento desses clientes com novembro de 2019, período pré-pandemia (os primeiros casos foram reportados em Wuhan em dezembro daquele ano), revela que o montante de créditos a pessoas físicas, em todas as modalidades possíveis, cresceu 34,4% nominalmente. Em termos reais¹, contudo, essa quantidade de recursos registrou queda de 7,7%.

Essa retração é condizente com o declínio de atividade percebido durante esses dois anos. A diminuição do rendimento do trabalho provocou, outrossim, maior rigor nas análises de concessões. Entre o último trimestre de 2019 e o último de 2021, o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, apresentou variação de -9,9% no Paraná, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE).

A linha de financiamento com maior volume concedido é a Habitacional (R\$ 62,8 bilhões), sendo que os clientes com renda entre um e dois salários mínimos respondem pela maior fração desse montante (17,0%). As concessões para tomadores com renda entre dois e três salários mínimos perfazem 14,9% do total (tabela 1). Nessa linha, presentemente, 5,3% dos ativos são problemáticos (créditos com mais de noventa dias de atraso e indícios de que os empréstimos não serão plenamente reembolsados). Enquadram-se como problemáticos os ativos submetidos a reestruturação, em que as instituições financeiras concedentes façam concessões em relação às condições de pagamento.

TABELA 1 - OPERAÇÕES POR PORTE DOS CLIENTES - HABITACIONAL - PARANÁ - NOVEMBRO DE 2021

PORTE DOS CLIENTES	CARTEIRA (R\$ MIL)	ATIVOS PROBLEMÁTICOS (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
PF Total	62.784.489	5,34	1,43
Sem rendimento	18.771	6,68	6,32
Até 1 salário mínimo	1.275.409	8,09	2,31
Mais de 1 a 2 salários mínimos	10.703.482	7,34	2,16
Mais de 2 a 3 salários mínimos	9.357.422	5,64	1,66
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8.671.960	3,84	1,21
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9.260.030	2,06	0,62
Mais de 10 a 20 salários mínimos	7.113.246	1,26	0,42
Acima de 20 salários mínimos	6.125.691	1,12	0,31
Indisponível	10.258.478	12,20	2,65

FONTE: BCB

A comparação entre novembro de 2019 e 2021 mostra que essa carteira cresceu 28,5% em termos nominais, mas diminuiu 11,8% em termos reais, a despeito de recuperação percebida em 2021, como consequência de período de taxas de juros declinantes, ora encerrado. No final de 2019, a proporção de ativos problemáticos era inferior à presente (4,6%) e a inadimplência encontrava-se no mesmo patamar (1,35%, frente à atual de 1,43%). São consideradas inadimplentes operações que possuem alguma parcela com atraso superior a 90 dias.

A modalidade voltada a pessoa física com o segundo maior montante no Estado é a de financiamentos rurais e agroindustriais (R\$ 47,3 bilhões). Até novembro do ano

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

¹ Deflação pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI/ FGV).

passado, essa carteira detinha baixa proporção de ativos problemáticos (1,6%) e inadimplência (0,3%), fruto de boas safras e do ciclo de valorização de *commodities* agrícolas intensificado durante a pandemia (tabela 2). No mesmo mês de 2019, eram problemáticos 3,7% dos ativos, e a inadimplência, tradicionalmente baixa, atingia 1,2% dos créditos. Essa linha apresentou expansão nominal de 40,2% no período em questão. Houve retração de 3,7% em termos reais.

TABELA 2 - OPERAÇÕES POR PORTE DOS CLIENTES - RURAL E AGROINDUSTRIAL - PARANÁ - NOVEMBRO DE 2021

PORTE DOS CLIENTES	CARTEIRA (R\$ mil)	ATIVOS PROBLEMÁTICOS (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
PF TOTAL	47.326.533	1,61	0,28
Sem rendimento	118.335	1,09	0,47
Até 1 salário mínimo	704.368	7,81	1,28
Mais de 1 a 2 salários mínimos	836.906	11,90	2,14
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1.136.250	18,38	2,67
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1.239.008	6,88	0,66
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2.832.514	1,88	0,40
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5.324.589	0,89	0,26
Acima de 20 salários mínimos	34.966.455	0,56	0,12
Indisponível	168.108	8,23	0,49

FONTE: BCB

Os tomadores desses financiamentos são majoritariamente indivíduos com renda mensal superior a vinte salários mínimos (73,9% da carteira). Os contratantes que possuem rendimentos mensais entre dez e vinte salários mínimos respondem por 11,3% dos recursos dessa linha.

A terceira mais relevante modalidade é a que reúne empréstimos com consignação em folha (R\$ 29,1 bilhões). Ela apresentou crescimento nominal de 33,5% no período analisado (em termos reais, houve retração de 8,3%). A maior parte desse volume de crédito (40,0%) está contratada por funcionários públicos. Aposentados e pensionistas são responsáveis por 20,6% dele (tabela 3). Os recursos não estão concentrados em faixa de renda específica.

TABELA 3 - OPERAÇÕES POR OCUPAÇÃO - EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA - PARANÁ - NOVEMBRO DE 2021

OCUPAÇÃO	CARTEIRA (R\$ mil)	ATIVOS PROBLEMÁTICOS (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
PF TOTAL	29.061.843	2,88	2,02
Aposentados/ Pensionistas	5.996.173	3,14	2,27
Autônomo	547.205	3,45	2,53
Empregado de empresa privada	2.216.618	3,60	2,17
Empregado de empresa sem fins lucrativos	23.489	3,49	2,34
Empresário	852.186	3,21	2,25
MEI	35.454	4,67	3,09
Outros	7.767.257	3,63	2,64
Servidor ou empregado público	11.623.461	2,04	1,40

FONTE: BCB

É um segmento de crédito caracterizado por pequena proporção de ativos problemáticos (2,9%) e inadimplência (2,0%). O baixo risco de crédito e a concorrência contribuem para taxas de juros inferiores às aplicadas às demais modalidades. Houve, entretanto, aumento da proporção de ativos problemáticos (2,3% em novembro de 2019) e casos de inadimplência (1,6%).

As operações de cartão de crédito reúnem montante de R\$ 21,5 bilhões no Paraná. Desse volume, 6,0% estão classificados como ativos problemáticos e há 4,0% de inadimplência na modalidade. A maior parte desses recursos estão ligados a empregados de empresas

privadas (21,8%) e empresários (17,7%). As menores incidências de ativos problemáticos ocorrem entre funcionários públicos (4,2%) e aposentados e pensionistas (4,5%), enquanto a maior incidência é registrada entre microempreendedores individuais (7,7%).

Tanto a proporção de ativos problemáticos quanto de créditos inadimplentes caíram no período em questão. Em novembro de 2019, essas taxas eram de 7,6% e 5,7%, respectivamente. Segundo a Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), essa diminuição está associada à redução dos gastos e uso mais disciplinado desse modo de financiamento. Nessa modalidade, a correlação entre renda e inadimplência é facilmente notada. Enquanto a inadimplência entre clientes com rendimento até um salário mínimo encontra-se em 8,5%, essa fração é de 0,7% entre os que recebem acima de vinte salários mínimos mensais (tabela 4), de acordo com o último dado disponível.

TABELA 4 - OPERAÇÕES POR PORTE DOS CLIENTES - CARTÃO DE CRÉDITO - PARANÁ - NOVEMBRO DE 2021

PORTE DOS CLIENTES	CARTEIRA (R\$ mil)	ATIVOS PROBLEMÁTICOS (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
PF TOTAL	21.479.093	5,99	4,00
Sem rendimento	141.943	18,87	16,93
Até 1 salário mínimo	1.005.758	10,82	8,49
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3.582.072	8,93	6,72
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2.888.212	8,05	5,68
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3.827.891	5,73	3,76
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4.354.694	4,68	2,73
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.878.532	3,20	1,58
Acima de 20 salários mínimos	2.583.445	2,07	0,74
Indisponível	216.546	14,33	7,88

FONTE: BCB

Outra principal modalidade de financiamento, a destinada à aquisição de veículos é presentemente a quinta mais relevante, com volume de R\$ 18,9 bilhões. Ela aumentou 19,5% nominalmente nesses dois anos (redução de 17,9% em termos reais). Houve aumento dos ativos problemáticos e da taxa de inadimplência durante a pandemia. No primeiro caso, de 4,2% para 5,7%; no segundo, de 2,3% para 2,9%. No período da pandemia houve restrições de oferta provocadas por indisponibilidade de peças, notadamente microprocessadores.

O conjunto denominado Outros Créditos reúne algumas modalidades pouco representativas para pessoas físicas, como financiamentos à exportação e à importação, avais e fianças. A modalidade com maior peso nesse grupo é, contudo, de uso frequente e intenso, o cheque especial. De acordo com o Relatório de Economia Bancária - 2018, publicado pelo BCB em maio de 2019, 19,5% dos usuários brasileiros utilizaram essa forma de crédito em todos os meses do ano. Ela possui, ainda, inadimplência muito superior à média das operações voltadas a pessoas físicas (15,36% ante 3,25%, em dezembro de 2018).

Com R\$ 12,2 bilhões concedidos no Paraná, essa modalidade possui proporção de ativos problemáticos muito superior às demais (18,1%). A inadimplência, quando consideradas todas as classes de rendimento, encontra-se em 5,9%. Nas faixas até três salários mínimos, entretanto, ela está acima de 10,0% (tabela 5). A quantidade de ativos problemáticos não piorou durante a pandemia, pelo contrário (encontrava-se em 21,7% há dois anos). A inadimplência também caiu no período (7,9% em novembro de 2019). O ciclo de redução de taxas de juros e intervalos de poupança forçada reduziram o endividamento com cheque especial, o que explica parcialmente essa trajetória.

TABELA 5 - OPERAÇÕES POR PORTE DOS CLIENTES - OUTROS CRÉDITOS - PARANÁ - NOVEMBRO DE 2021

PORTE DOS CLIENTES	CARTEIRA (R\$ mil)	ATIVOS PROBLEMÁTICOS (%)	INADIMPLÊNCIA (%)
PF Total	12.246.325	18,11	5,90
Sem rendimento	112.536	39,92	14,10
Até 1 salário mínimo	379.498	35,47	14,06
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.284.449	32,47	12,52
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1.134.147	31,56	10,81
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1.349.758	24,65	8,32
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.841.211	23,35	6,94
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1.482.114	14,51	3,82
Acima de 20 salários mínimos	4.403.310	4,91	0,95
Indisponível	259.302	26,62	12,26

FORNTE: BCB

A queda na taxa de desocupação no Estado (7,0%), a menor desde o último trimestre de 2015², ensejaria perspectivas otimistas para as condições de crédito a pessoa física. O comportamento passado da inflação e as perspectivas para esse ano, contudo, depõem contra cenário benfazejo. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) acumula, nacionalmente, 10,38% nos doze meses terminados em janeiro. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o mesmo índice registra 12,77% nos últimos doze meses.

A inflação tem corroído o rendimento dos ocupados. Presentemente, encontra-se no menor patamar da série histórica do Estado na PNAD Contínua Trimestral, iniciada em 2012. As perspectivas de altas dos preços administrados (eletricidade, combustíveis, transporte coletivo) tornarão a elevação de preços livres, principalmente alimentos, mais dolorosas. Dado o inédito grau de endividamento das famílias (51,7% nacionalmente, quando considerado o crédito habitacional)³, é inevitável que ocorra elevação dos ativos problemáticos e maiores exigibilidades para concessões.

Dada a incapacidade de a União executar uma política fiscal verossímil, cabe ao Comitê de Política Monetária (Copom) executar uma política monetária que devolva a inflação a patamares civilizados, ainda que exija que o ciclo de elevação de taxas de juros seja estendido para além de 2022.

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE)

³ Em relação à renda acumulada nos últimos doze meses.